

“O TEU CABELO NÃO NEGA”: EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA POLÍTICA DE FORMAÇÃO DOS/AS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO NO DF (2003-2013)

Patrícia Nogueira Silva¹
Mariana Létti²

Resumo

O presente artigo resulta de pesquisa que analisou a política de formação continuada dos(as) educadores(as) Secretaria Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF), desenvolvida pela Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação -EAPE-. Os instrumentos de pesquisa foram as propostas dos cursos ofertados pela EAPE no período de 2003 a 2013, tendo como foco a educação das relações étnico-raciais. Buscou-se compreender o percurso delineado na formação continuada da SEEDF, a partir dos silenciamentos e visibilidades da temática, apontando suas contribuições para a implementação da lei 10639/2003, que institui a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afrobrasileira e africana, e das Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais. Foram constatados importantes avanços na incorporação das questões raciais pelas ações de formação desenvolvidas pela EAPE. Destacam-se, neste percurso, os anos de 2009 e 2011 que, por meio dos cursos ofertados, conseguiram ampliar a discussão revelando a importância das parcerias na formulação de políticas públicas.

Palavras-chave: Educação, Políticas Públicas, Formação Continuada, Relações Étnico-raciais.

Introdução

“O teu cabelo não nega mulata, porque és mulata na cor”³. A mulata cantada por Lamartine Babo no carnaval da década de 1930 evoca representações sobre a mulher negra no Brasil que permanecem vivas no imaginário coletivo brasileiro. Para além das questões de gênero entrelaçadas, destaca-se a construção da mulher “mulata” como símbolo nacional, daí suas imbricações com as relações étnico-raciais que se constituíram no Brasil. “Mas como a cor não pega mulata, mulata eu quero seu amor”. E se a cor pegasse?

O discurso musical citado é apenas uma amostra de como representações sobre negros e negras no Brasil sobreviveram ao tempo, revelando estereótipos e preconceitos que trazem para o centro do debate a educação para relações étnico-raciais. O racismo, por muito tempo negado, passa a ser descortinado em manifestações de discriminação que têm ganhado grande

¹ Graduada em História, especialista em Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça e Mestre em História Cultural, é professora da SEEDF, atuando na formação de profissionais da Educação da rede pública de ensino do Distrito Federal.

² Graduada em Ciências Sociais, Mestre em Antropologia Social e Doutoranda em Educação, é professora da SEEDF atuando no ensino de Sociologia na Educação de Jovens e Adultos.

³ Disponível em: <<http://aochiadobrasileiro.webs.com/Musicas/Oteucabelonaonega.htm>> Acessado em 20/11/2014.

visibilidade na imprensa brasileira. Em um ano como o de 2014, cujo assunto foi a copa do mundo, jogadores de futebol foram notícias na TV, não apenas pelo talento ou pelos gols, mas por terem sido alvos do racismo manifestado por alguns/mas torcedores/as. Os exemplos são numerosos, como revelam os episódios que envolveram os jogadores Tinga⁴ e Daniel Alves⁵. Comparados a macacos, os jogadores tiveram sua humanidade questionada, fazendo repercutir o discurso do século XV que colocava em dúvida o conceito de humanidade: "Que são esses recém-descobertos (ameríndios, negros, melanésios, etc.)? São bestas ou são seres humanos como 'nós', europeus?" (MUNANGA, 2003, p.1-2)

O racismo está na música, nos campos de futebol, nas manifestações explícitas, no silenciamento ou em sua negação pela sociedade brasileira. Se hoje "o bicho"⁶ chamado racismo não está mais escondido na floresta, se deve muito mais devido à visibilidade dada pela imprensa ao que antes estava silenciado, do que ao ineditismo de uma nova prática social. E se questões como discriminação e preconceito atravessam, historicamente, a sociedade brasileira, por que, com a escola, seria diferente?

O racismo na escola

Gomes (2005), ao refletir sobre as questões raciais e as estratégias de atuação na educação, destaca o papel das representações sociais sobre os negros na reprodução de estereótipos e na perpetuação do racismo. Essas são questões que a escola está cada vez mais desafiada a enfrentar diante de uma realidade mais marcada pelas diferenças:

As diferenças culturais - étnicas, de gênero, orientação sexual, religiosas, entre outras – se manifestam em todas as suas cores, sons, ritos, saberes, sabores, crenças e outros modos de expressão. As questões colocadas são múltiplas, visibilizadas principalmente pelos movimentos sociais, que denunciam injustiças, desigualdades e discriminações, reivindicando igualdade de acesso a bens e serviços e reconhecimento político e cultural (CANDAU, 2011, p. 241).

⁴ Durante jogo do Cruzeiro no Peru, contra o Real Garcilaso, Tinga, o volante brasileiro, foi hostilizado no estádio, que reproduzia chiados de macacos sempre que ele pegava na bola. <<http://oglobo.globo.com/esportes/dez-casos-de-racismo-que-envergonham-futebol-11824729>>. Acessado em 26/05/2014.

⁵ O lateral do Barcelona, Daniel Alves, em jogo contra o time Villarreal pelo Campeonato Espanhol, recebeu ofensas por parte da torcida adversária, que jogou bananas em direção ao jogador. O insulto foi respondido com ironia pelo jogador que se abaixou, e comeu uma das bananas. <veja.abril.com.br/noticia/esporte/alvo-de-racismo-na-espanha-daniel-alves-comer-banana-jogada-por-torcedor>. Acessado em: 26/05/2014.

⁶ Termo utilizado pelo relator da ONU, Doudou Diène, em entrevista sobre o crescimento do racismo. <<http://racabrasil.uol.com.br/Edicoes/93/artigo12649-1.asp>>. Acessado em 20/09/2014.

Conviver com as diferenças é tão desafiador quanto discutir sobre elas. A diferença constitutiva da sociedade, refletida no espaço escolar, pode se tornar um “problema” ao gerar conflitos que podem desencadear violências, ou serem transformados em potenciais de aprendizagem (CANDAUI, 2011). Formar cidadãos educando-os(as) para a convivência respeitosa, numa cultura de paz, de valorização das diferenças, é também papel dessa escola. E para isso, é necessário que os(as) estudantes compreendam o processo histórico e cultural de formação da sociedade brasileira. É competência da escola refletir sobre a realidade social e diversidade étnico-cultural que compõe essa sociedade e questionar como professores e professoras têm trabalhado com a questão racial na escola e como lidam com as situações de discriminação racial no interior da escola e da sala de aula? “ Por que será que a questão racial ainda encontra tanta dificuldade para entrar na escola e na formação do professorado brasileiro?” (GOMES, 2005, p. 146).

O presente artigo revela como a questão étnico-racial, do mesmo modo que as questões de gênero, sexualidade e orientação sexual, começa a se fazer presente, na última década, na formação continuada dos(as) educadores(as) do DF. “Trata-se de uma política educacional, fundada em dimensões históricas, sociais, antropológicas oriundas da realidade brasileira, e busca combater o racismo e as discriminações que atingem particularmente os negros” (BRASIL, 2013, p. 478). São as *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana* que salientam a necessidade de políticas educacionais capazes de fornecer condições materiais às escolas e formação continuada para professores(as), ambas indispensáveis na construção de uma escola pública de qualidade, para todos e todas.

Políticas públicas e educação para as relações étnico-raciais

As políticas públicas educacionais são de suma importância no enfrentamento do preconceito, do racismo e das discriminações evidenciados no cotidiano escolar. No Distrito Federal, a formação dos profissionais da educação tem sido um dos caminhos para envolver os agentes da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – (SEEDF), levando-os à reflexão da temática, bem como buscando estratégias para lidar com esses conflitos no ambiente escolar.

Entende-se por política pública, o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando

necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente)” (SOUZA, 2006, p. 26). Sendo a EAPE o lócus privilegiado para a elaboração, implementação e avaliação da política pública de formação dos profissionais da SEEDF, suas ações constituem-se elementos centrais na análise e compreensão do contorno que essas formações assumem em cada momento da história da educação do DF e suas relações com a política nacional vigente.

A EAPE, cujas origens remontam a década de 1960, foi reativada em 1997, por meio da Lei 1.619, com a denominação de Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação (SILVA, 2012, p.87). Desde então, a EAPE cumpre o papel de proponente e executora de políticas de formação, capacitando os profissionais do magistério e da Carreira Assistência à Educação da SEEDF com a missão de promover a formação continuada dos profissionais da Educação em "consonância com as demandas da Rede Pública de ensino do DF, contribuindo para a educação de qualidade social e a valorização profissional dos educadores"⁷.

Passados dez anos da lei 10.639/2003, que torna obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira, a SEEDF, por meio da EAPE, realizou algumas ações de formação privilegiando o debate acerca das questões étnico-raciais. O conteúdo desta lei, que altera o artigo 26-A da LDB, é contemplado no *Currículo em Movimento da Educação Básica*, documento que, em 2013, torna a *Educação para a Diversidade* um de seus eixos transversais (GDF, 2013), buscando inseri-la nas mais diversas áreas do conhecimento. Percebe-se, deste modo, um movimento favorável à implementação da lei 10.639/2003 e à ampliação deste debate na rede pública de ensino do Distrito federal.

É neste contexto que se identifica a necessidade de analisar o percurso das ações desenvolvidas pela SEEDF, por meio da EAPE, no âmbito das políticas públicas de formação continuada dos seus profissionais, para garantir o enfrentamento dessas questões, a ampliação do debate, fomentando a inserção das questões étnico-raciais no currículo e nos projetos pedagógicos.

Educação para as relações étnico-raciais: termos e conceitos

Entende-se por Educação para as relações étnico-raciais, uma educação

orientada para a divulgação e produção de conhecimentos, bem como atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos quanto à pluralidade étnico-racial, tornando-os capazes de interagir e de negociar objetivos comuns que garantam, a todos, respeito

⁷<<http://www.eape.se.df.gov.br/images/pdfs/institucional.pdf>>Acessado em 30/01/2014.

aos direitos legais e valorização de identidade, na busca da consolidação da democracia brasileira (BRASIL, 2004, p. 1).

Para que isto seja alcançado, a discussão sobre racismo, preconceito e discriminação deve ser incorporada às ações pedagógicas, exigindo dos/as educadores/as, a apropriação de termos e conceitos imprescindíveis no desenvolvimento da competência e criticidade necessária para sua abordagem em sala de aula e na mediação dos conflitos emergentes no ambiente escolar. O conceito de raça, é um deles, sendo este ainda muito utilizado,

"... nas relações sociais brasileiras, para informar como determinadas características físicas, como cor de pele, tipo de cabelo, entre outras, influenciam, interferem e até mesmo determinam o destino e o lugar social dos sujeitos no interior da sociedade brasileira (BRASIL, 2013, p. 480).

Hall, nessa perspectiva, situa raça como uma "categoria discursiva em torno da qual se organiza um sistema de poder socioeconômico de exploração e exclusão - ou seja, o racismo."(HALL, 2003, p.69) Este, a partir de uma lógica própria, tenta justificar, então, as diferenças sociais e culturais que legitimam a exclusão racial. Nessa referência discursiva, essas diferenças são "naturalizadas", tornando-se um fato fixo e científico (HALL, 2003, p. 69). Compreendendo os nefastos efeitos desse processo, nas relações estabelecidas na sociedade brasileira, esta pesquisa reforça a importância das políticas educacionais no sentido desconstruir, desnaturalizar as representações e preconceitos que reproduzem tais discursos e se manifestam em práticas discriminatórias e diversas formas de violência.

Na discussão proposta para a formação continuada, o termo raça não deve ser utilizado na acepção biológica criada para classificar a diversidade humana. Com a resignificação dada por estudiosos da área e pelo movimento social negro, o termo adquire uma dimensão social e política, como forma de dar visibilidade à discriminação racial e ao racismo existentes na sociedade brasileira.

A política de formação continuada dos profissionais da educação da SEEDF, ao privilegiar o debate sobre a inclusão, a diversidade e o respeito às diferenças, constitui-se um locus privilegiado para a reflexão e análise das questões étnico-raciais. Torna-se também espaço de proposição de estratégias de enfrentamento do preconceito e da discriminação, fortalecendo a identidade de educadores(as) comprometidos(as) com a transformação social.

Os avanços jurídicos constatados a partir da alteração do art. 26A da LDB, pela lei 10639/2003, do plano nacional, lançado para sua implementação e das diretrizes curriculares das relações étnico-raciais, não garantem, por si só, a incorporação dessas temáticas nos currículos,

nos projetos e nas pedagógicas. A formação continuada, como espaço dialógico, se configura como um caminho possível para a transformação de realidades internas (concepções, crenças e valores) que antecedem a mudança de atitudes e práticas pedagógicas. Somente a partir da desconstrução das representações, preconceitos e estereótipos, internalizados num processo histórico-cultural que se poderão construir caminhos para a redefinição das relações étnico-raciais estabelecidas.

Se as leis e políticas públicas modificam o cenário jurídico e político, é no campo do simbólico que a necessária mudança habita. Neste aspecto, os cursos e ações promovidos pela EAPE podem e devem se constituir como espaços que, para além das discussões conceituais e sobre as práticas pedagógicas, possam socializar experiências, confrontar idéias e refletir sobre a reprodução nos discursos e falas de estereótipos e preconceitos, cujas implicações são perversas para toda a sociedade.

Se nas formações "temos a oportunidade de experimentações com sensibilidades *inprogress*, podemos aproveitar para solapar alguns imperativos ditos racionais". (HENZ, 2009, p. 68) São nos espaços promovidos pela formação continuada que a escuta sensível, a paciência, o respeito, o dialogismo, a inquietude epistemológica e o inconformismo devem se manifestar. É preciso desestabilizar certezas, abrindo espaço para as questões da diversidade, presentes nos currículos, mas nem sempre nas mentes, discursos e práticas. As rupturas e reinvenções, na reeducação das relações étnico-raciais, requer uma política de formação que torne porosa a blindagem a que todos os educadores estão submetidos. (HENZ, 2009)

Ainda sobre os conceitos implicados neste debate, o termo étnico, empregado na expressão étnico-racial, "serve para marcar que essas relações tensas, devidas a diferenças na cor da pele e traços fisionômicos, o são também devido à raiz cultural plantada na ancestralidade africana, que difere em visão de mundo, valores e princípios das de origem indígena, européia e asiática." (BRASIL, 2013, p. 480). De acordo com Hall, a etnicidade gera um discurso em que a diferença se funda em características *culturais e religiosas* (HALL, 2003, p. 70). Se o racismo privilegia a cor de pele como critério, a etnicidade pauta-se nas diferenças culturais e sociais. Em outras palavras, ambas as categorias discursivas podem incorrer no risco de estigmatizar, transitando entre o sociocultural e o biológico.

Espera-se com a apropriação desses e de outros importantes conceitos, no processo de formação continuada, que os(as) educadores(as) possam refletir sobre suas realidades e assumam sua responsabilidade no combate ao racismo.

Metodologia

Os instrumentos da pesquisa, cujos resultados são apresentados neste artigo, constituíram-se das propostas dos cursos ofertados no período de 2003 a 2013 pela EAPE, tendo como foco as questões étnico-raciais. Por meio da análise destas propostas, buscou-se compreender o percurso delineado na formação continuada da SEEDF, a partir dos silenciamentos e visibilidades da temática, apontando suas contribuições para a implementação da lei 10639/2003, que institui a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afrobrasileira e africana, e das Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das relações etnicorraciais.

As propostas⁸ foram selecionadas a partir dos nomes dos cursos ofertados neste período, buscando indícios da presença da temática nas ações de formação continuada da EAPE. Tanto nos cursos de temáticas gerais mais amplas, quanto nos de temáticas específicas, foram considerados o critério da abordagem direta das questões étnico-raciais, seguindo as legislações e diretrizes relacionadas.

No recorte temporal da última década, foi realizada uma análise quantitativa e qualitativa do conjunto de ações de formação continuada desenvolvidas pela EAPE, buscando contextualizá-las a partir do papel desta instituição responsável por esta política pública. Após levantamento do total de cursos oferecidos pela EAPE neste período e número de concluintes, iniciou-se a análise das propostas de curso. Estas, com seus objetivos e conteúdos, evidenciaram em que medida, as ações desenvolvidas pela EAPE têm promovido, para além da implementação da lei 10639/2003, o questionamento das relações vigentes nas escolas, baseadas em preconceitos e na desqualificação da pessoa negra.

Presenças e silenciamentos da questão racial nas formações da EAPE

Compreendendo que a escola é "o lugar de encontro de pessoas, origens, crenças, valores diferentes que geram conflitos e oportunidades de criação de identidades" (GDF, 2013, p. 36), a SEEDF contempla em seu currículo narrativas historicamente negligenciadas, ao eleger como eixos transversais: *Educação para a Diversidade, Cidadania, Educação em e para os Direitos Humanos e Educação para a Sustentabilidade*. Diversidade, neste documento, é entendida na perspectiva da variedade humana, social, física e ambiental presente na sociedade. Está

⁸ GDF, SEEDF- EAPE. Dossiês de Cursos (2003-2013)

relacionada, a um só tempo, à diferença de padrões, saberes e culturas hierarquizadas e à desigualdade econômica. (GDF, 2013, p. 40).

Conforme percurso destacado, percebe-se um movimento crescente de inclusão de temas, sujeitos e narrativas da *Diversidade* na formação continuada dos profissionais da educação do DF. A partir da análise dos cursos oferecidos pela EAPE, tendo como marco o ano de 2003, quando se instituiu a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e africana, foi possível chegar a algumas constatações.

Nos três primeiros anos (2003, 2004, 2005) do período analisado, no total de 196 cursos ofertados e 24.813 concluintes, nenhum curso, a partir dos títulos, contemplou a temática. Em 2006, no total de 91 cursos realizados, certificados pela EAPE, apenas um merece destaque: ***O Ensino da História e a Cultura afro-brasileira***. Após três anos da lei 10639/2003 este foi o primeiro curso a contribuir com a sua implementação nas escolas públicas do DF, de acordo com os registros da EAPE, privilegiando a discussão sobre as identidades étnicas e culturais, a relação entre cultura popular e a resistência negra e aspectos da religiosidade afro-brasileira.

As ações da EAPE, após quatro anos da lei discutida em seminário realizado em 2007, ainda são incipientes para atenderem seus propósitos e promoverem mudanças nos currículos e práticas escolares. O ano seguinte apresentou um avanço maior, no quantitativo de cursos ofertados, continuando, porém, a atender um percentual muito pequeno de educadores que participaram das formações da EAPE em 2008. Levando-se em consideração que atualmente a SEEDF dispõe de 651 unidades escolares, de acordo com o censo de 2013⁹, e mais de 60 mil profissionais da educação¹⁰, para que suas ações sejam significativas, as propostas devem considerar este contingente.

Em 2009, a política de formação continuada desenvolvida pela EAPE apresenta um avanço quantitativo em relação ao número de cursistas participantes dos cursos que incluíram em suas propostas as questões étnico-raciais. Neste ano, foram ofertados três cursos, dois deles discutindo especificamente a temática: ***Construindo a Educação das Relações Étnico-raciais no DF***(60h) e ***Os Caminhos Pedagógicos para a aplicação das Leis nº10.639/03 e 11.645/08*** (60h).

⁹ Censo Escolar 2013. Disponível em: http://www.cre.se.df.gov.br/ascom/documentos/censo/2013/cadastro_instituicoes_completo_2013_mar14.pdf. Acessado em 30/05/2014.

¹⁰ De acordo com dados do SGRH, em 2012 a situação funcional da SEEDF apresentava 60293 profissionais da educação, sendo 41947, professores(as) e especialistas de educação. Disponível em: <http://www.se.df.gov.br/educacao-df/rede-publica/numeros-da-educacao/272-total-de-profissionais-de-educacao.html>. Acessado em 30/05/2014.

Estes dois cursos se diferenciam dos ofertados nos anos anteriores por incorporar, um ano após sua instituição, a discussão sobre a diversidade dos povos indígenas no Brasil. História e cultura indígena são articulados aos conhecimentos sobre a África e cultura afro-brasileira criando possibilidades de inserí-las no currículo praticado nas escolas do DF.

Vale destacar também, neste período, o curso *Juventude, Diversidade e Convivência Escolar* que buscou desenvolver uma reflexão sobre a participação social e as violências nas escolas, buscando assegurar a proteção e os direitos dos jovens e adolescentes. O curso, de 140 horas, teve 381 concluintes, tratou da questão racial, além de temas como: violência e discriminação na escola, gênero e sexualidade, convivência escolar e mediação de conflitos.

Este cenário permite afirmar que o ano de 2009 deve ser apontado como um marco importante na política de formação continuada dos profissionais da Educação do DF, no que diz respeito à educação para as relações etnicorraciais e a implementação das leis 10639/2003 e 11645/2008. Além das ações desenvolvidas pela EAPE, atingindo um número significativamente maior de educadores, comparado aos anos anteriores, a Universidade de Brasília começa a oferecer, a partir deste ano, o curso *Gênero e Diversidade na Escola*, em parceria com o MEC.¹¹ A UNB ofertava também, neste ano, a segunda edição (a primeira aconteceu em 2004) da pós-graduação *lato sensu Culturas Negras no Atlântico - História da África e dos Afro-Brasileiros*¹².

No ano de 2010, apesar do aumento no número de cursos voltados para a temática, o número de cursistas contemplados foi bem inferior a 2009. Apenas 123 cursistas participaram dessa formação, o que equivale a 1,5% do total de cursistas da EAPE. Contrasta com dados de 2009, cuja equivalência foi de 4,2%. Apesar disso, a EAPE desenvolveu quatro importantes cursos: *A Construção da Identidade Nacional: A Cultura Africana e Afro-brasileira*. (60h); *Diante da Experiência do Outro: representações de grupos marginalizados na literatura brasileira contemporânea* (40h) ; *A Construção de diálogos pedagógicos nas escolas do Distrito Federal* (80h), que procurou incluir várias narrativas de sujeitos historicamente excluídos, desvelando as implicações dessa exclusão no processo escolar; e o curso *20 de novembro: Consciência pedagógica por uma educação anti-racista no Distrito Federal* (50h)

¹¹Com carga horária de 200 horas, ofertado na modalidade a distância, este curso vem para contribuir com a demanda de formação dos(as) professores(as) da rede pública de ensino do DF. WELLER e PAZ, 2011.

¹² <http://www.unb.br/noticias/unbagencia/releases.php?id=197>. Acessado em 20/08/2013.

trazendo para a pauta da formação as leis 10639/03 e 11645/08, revelando uma tendência constante de articulação dessas temáticas.

O ano de 2011 destaca-se tanto em aspectos quantitativos quanto qualitativos. Foram ofertadas quatro formações importantes atendendo 354 educadores. Neste conjunto, três cursos específicos abordando conhecimentos acerca da promoção, respeito e valorização da diversidade étnico-racial e cultural, colaborando com a implementação das mudanças estabelecidas na Lei Diretrizes e Bases da Educação pelas leis 10.639/03 e 11.645/08. *A Construção da Identidade Nacional: A cultura africana e afro-brasileira* (60h) , *Educação e Diversidade: Como lidar com as relações étnico-raciais, de gênero e de sexualidade?*(120h) e *Educação para a igualdade étnico-racial no DF* (60h) atenderam 24, 85 e 44 educadores respectivamente.

Estas são consideradas importantes formações pois promovem não apenas a difusão de conhecimentos acerca das histórias e culturas africanas, afro-brasileiras e indígenas, mas visam a posituação das diferentes identidades bem como o reconhecimento da pluralidade constitutiva da identidade nacional. Ao propor a articulação das questões da sexualidade, de gênero e étnico-raciais, o curso - *Educação e Diversidade: Como lidar com as relações étnico-raciais, de gênero e de sexualidade?* -fomenta importantes reflexões: sobre as relações no contexto escolar, os conflitos e violências gerados, as invisibilidades, a análise do material didático, do currículo escolar, e das estratégias necessárias para a construção de uma educação inclusiva e de qualidade.

Ainda em 2011, a EAPE, em parceria com o MEC, realizou o curso *A cor da Cultura*¹³: *Trabalhando a Afro-brasilidade no currículo* (60h), atendendo 201 educadores. Além de atender um número significativo de educadores, instrumentalizou educadores das escolas públicas do DF com o kit a Cor da Cultura: composto de seis publicações impressas, um CD de música, além de dvds com livros animados e um jogo pedagógico. (MEC, 2005)

A experiência revela o quanto as parceiras são fundamentais na constituição de políticas públicas. A eficácia dessas políticas se relaciona com "a ampliação do leque de atores envolvidos na formulação, na implementação e no controle das políticas públicas e para o estabelecimento de parcerias — entre Estado e sociedade e entre organizações do próprio Estado — para a

¹³A Cor da Cultura é um projeto educativo de valorização da cultura afro-brasileira. Teve seu início em 2004 e, desde então, tem realizado produtos audiovisuais, ações culturais e coletivas que visam "práticas positivas, valorizando a história deste segmento sob um ponto de vista afirmativo. Disponível em: <http://www.acordacultura.org.br/oprojeto>. Acessado em 30/05/2014.

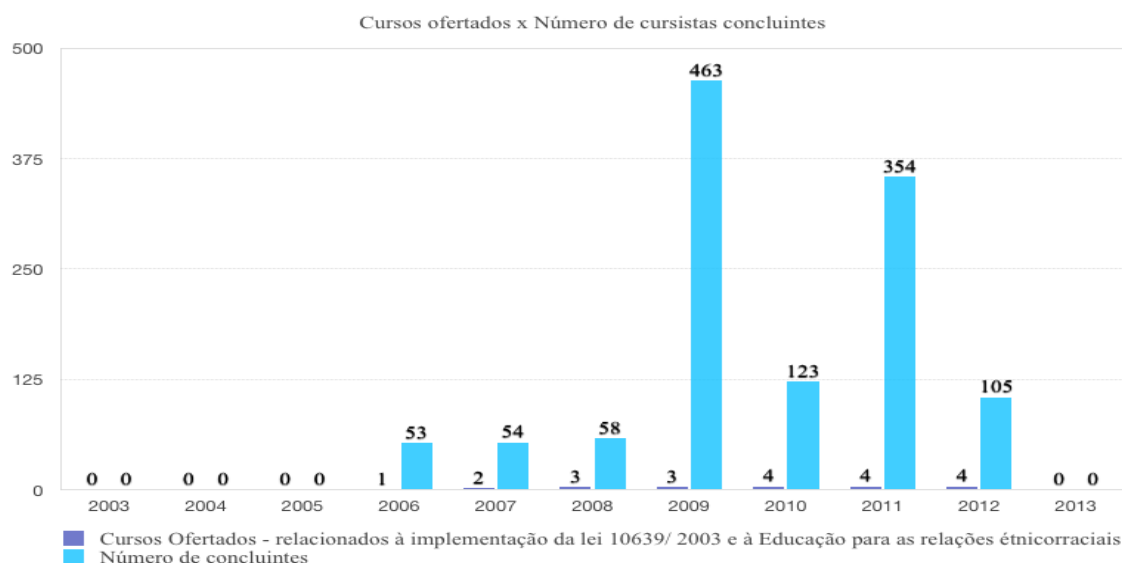
provisão de serviços públicos e para a formulação e implementação de políticas." (FARAH, 2001 p. 121) A Secretaria de Educação, ao aderir às propostas de formação continuada do MEC, pôde atingir um número maior de educadores e obter inclusive recursos pedagógicos, fazendo repercutir na organização dos trabalho pedagógico o impacto dessas formações. O exemplo do projeto a Cor da Cultura é significativo, fazendo com que o ano de 2011 seja considerado o ápice desse processo.

Observa-se assim, como a temática começa a sair da invisibilidade, ganhando força e relevância na política de formação continuada da SEEDF. Neste ano, 4,3% dos cursistas habilitados em cursos da EAPE, discutiram sobre as questões étnico-raciais, durante sua formação.

Em 2012, ano menos significativo, apenas quatro cursos inseriram a temática em suas propostas de formação. Juntos, atenderam 105 educadores(as), apenas 1/3 se comparado ao ano anterior. A questão racial é prioridade no curso *Como lidar com as relações étnico-raciais na escola?* (60h), e está contemplada nas demais formações que trazem para a discussão outras questões da diversidade e dos Direitos Humanos.

No ano de 2013, o carro-chefe da política de formação continuada da SEEDF foi o Curso *Currículo em Movimento*. Um total de 17665 cursistas foram atendidos nesta formação. À despeito da importância desse curso na articulação da rede para discutir o novo currículo e do expressivo número de educadores envolvidos, representou, para esta pesquisa, uma ruptura no processo analisado: de inserção e discussão das temáticas específicas da Educação para a relações étnico-raciais. Neste curso, o tema “diversidade”, tomado como eixo estruturante do currículo, não contemplou as especificidades da lei 10639/03 e das Diretrizes Curriculares da Educação para as Relações Étnico-raciais.

Nenhum dos 95 cursos ofertados neste ano abordaram especificamente a temática. O curso *Currículo em Movimento*, dado o caráter generalista da formação, contemplou de forma genérica e superficial o tema da Diversidade, não podendo ser considerada como uma ação, no conjunto a política pública analisada, que socializasse e desse visibilidade à cultura e história afro-brasileira e Africana, como observado nos cursos específicos que a antecederam. Esse dado revela uma interrupção numa política que começa a se delinear em 2006 com a oferta do curso *O Ensino da História e a Cultura afro-brasileira*, conforme revela o gráfico abaixo.



Apesar de 2013 ter sido, nesta década, o ano que atendeu o maior número de educadores da SEEDF, qualitativamente ele não pode ser considerado uma referência. Ponderação semelhante deve ser feita em relação a 2009. O destaque no gráfico deve-se a ao curso *Juventude, Diversidade e Convivência Escolar* que habilitou 381 cursistas. Este, entretanto, diferente dos demais cursos analisados, não priorizou as discussões sobre as relações étnico-raciais, mesmo constando no conteúdo programático temas caros a esta área.

Diante do exposto, observa-se que 2011 atinge o ápice da política de formação continuada da EAPE, no que diz respeito às questões étnico-raciais. Com apenas 4 cursos atendeu 354 educadores desenvolvendo, em cursos semestrais e anuais, a discussão sobre o tema. A parceria com o MEC foi fundamental para que este ano se tornasse um marco nesta política, para além do fato de ser o período com maior número de cursos ofertados por esta instituição.

Ano	Cursos Ofertados - relacionados, direta ou indiretamente, à implementação da lei 10639/ 2003 e a Educação para as relações étnico-raciais	Número de concluintes
2003	0	0
2004	0	0
2005	0	0
2006	1	53
2007	2	54
2008	3	58

2009	3	463
2010	4	123
2011	4	354
2012	4	105
2013	0	0

Considerações Finais: um longo caminho a percorrer

Para atender as demandas contemporâneas da educação brasileira, no que se refere à construção de uma educação para todos e todas, é crucial oportunizar aos profissionais da educação, espaços de reflexão, ampliação de debate, atualização, trocas e socialização de experiências e projetos para a construção dos referenciais sobre a realidade social, bem como das alternativas para uma intervenção consciente e objetiva sobre esta realidade. Numa sociedade multicultural como a brasileira é necessário que a educação tenha como eixo estruturante a diversidade, buscando a desconstrução de representações sociais preconceituosas e combatendo as práticas de discriminação vigentes.

O caminho é longo, pois requer não apenas a revisão dos currículos escolares, mas a mudança de práticas e mentalidades, maneiras de agir e de pensar. A formação continuada dos educadores deve agir sobre esse imaginário coletivo que mantém vivas representações negativas e seculares das pessoas negras neste país. Por isso, é necessário garantir espaços de formação continuada como cursos, seminários, fóruns, coordenação pedagógica ressignificada, que propiciem a reflexão sobre as relações estabelecidas no cotidiano escolar e suas práticas pedagógicas. Neste aspecto, a EAPE torna-se figura central, sendo ela, a instituição que formula e implementa a política de formação continuada dos profissionais da educação da SEEDF. É evidente que, a decisão dessa política está articulada às escolhas da Secretaria de Educação do DF em diferentes contextos políticos. É resultado de barganhas negociadas entre os atores políticos mas também mobilizadas por "processos institucionais de socialização" (SOUZA, 2006, p.38) Os processos políticos influem nessas escolhas mas também são delineados de acordo com as demandas de formação dos educadores da SEEDF.

A reflexão sobre o papel da instituição - EAPE- na formulação de políticas públicas, leva a outra não menos importante, sobre os mecanismos de controle social sobre esta política. É comum, no âmbito das políticas públicas, os interesses individuais se sobreporem aos interesses coletivos. (NASCIMENTO, 2010, p. 98). Por isso, é necessário que os(as) educadores(as) do DF

estejam atentos(as) e acompanhem o processo de formulação dessas políticas, fazendo prevalecer os interesses da coletividade. São sujeitos que, uma vez conscientes de sua força e relevância, poderão alterar os rumos dessa política.

Para ampliar os avanços constatados na última década, será necessário realizar ou ampliar as parcerias com universidades, núcleos de Estudos Afro-brasileiros e Movimentos sociais; incluir em cursos com temáticas afins esse debate, como as formações sobre currículo, diversidade, inclusão, convivência escolar, cultura, e mediação de conflitos; propor cursos específicos que subsidiem os(as) educadores na inclusão e no debate sobre os conhecimentos de matriz africana, historicamente negligenciados na formação inicial desses profissionais. Faz-se necessário avaliar o impacto dessas formações a partir de pesquisas que revelem a incorporação e o enraizamento¹⁴ dessa temática nos projetos políticos pedagógicos.

O olhar atento para a política de formação continuada vigente, propondo reformulações, deve ter como pano de fundo a desconstrução de uma realidade caracterizada por: discriminações contra pessoas negras, pelo desconhecimento, preconceito e desvalorização das histórias e culturas africana e afro-brasileira, por violências físicas e simbólicas, pela reprodução de estereótipos nos livros didáticos e nos discursos dos(as) educadores, pela invisibilidade de sujeitos e histórias em função do eurocentrismo curricular, pela desvalorização das diferenças presentes numa concepção homogeneizante da educação. O percurso é longo, mais possível.

Referências

BRASIL, MEC, CNE, CP, Resolução CNE/ CP nº 1 de 22 de junho de 2004, Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 22 de junho de 2004, Seção 1, p. 11. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf>. Acessado em 19/07/2015.

BRASIL, MEC, SEB, DICEI. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica. Brasília: BRASIL, 2013.

¹⁴ Este conceito é apresentado em um artigo que sintetiza os aspectos principais das práticas pedagógicas desenvolvidas em 36 escolas públicas do país, para demonstrar a intensidade das atuações na perspectiva da Lei nº10639/03. Quanto mais enraizado o atendimento aos princípios desta legislação se revelar, maior a capacidade de "sustentabilidade" da educação das relações étnico-raciais apresentada pela instituição escolar. (BRASIL, 2012, p.77)

BRASIL, Ministério da Educação. Práticas Pedagógicas para o Trabalho com as relações étnico-raciais na escola na perspectiva da lei 10639/2003. GOMES, Nilma Lino (org.). Brasília: MEC, UNESCO, 2012.

CANAU, Vera Maria. Direitos Humanos, educação e Interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença. Revista Brasileira de Educação. Rio de Janeiro, v. 13 n. 37, p. 45- 185, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v13n37/05.pdf>. Acessado em: 10/03/2014.

CANAU, Vera Maria. Diferenças Culturais, Cotidiano Escolar e Práticas Pedagógicas. In: Currículo sem Fronteiras, v.11, n.2, pp.240-255, Jul/Dez 2011.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Parcerias, novos arranjos institucionais e políticas públicas no nível local de governo. Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro 35(1):119-44, Jan./Fev. 2001. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/viewFile/6364/4949>. Acessado em 30/04/2014.

GDF, Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Currículo em Movimento da Educação Básica- Pressupostos Teóricos. Brasília, 2013. Disponível em: <http://www.se.df.gov.br/materiais-pedagogicos/curriculoemmovimento.html>. Acessado em 20/03/2014.

GOMES, Nilma Lino. Educação e relações raciais: refletindo sobre estratégias de atuação. IN: MEC, SECADI. Superando o racismo na escola. 2ª edição revisada / Kabengele, Munanga (org). Brasília, 2005.

HALL, Stuart. Da Diáspora: Identidades e mediações culturais. Organização LivSovik. Belo Horizonte: Editora UFMG, Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

HENZ, Alexandre de Oliveira. Formação de professores. IN: AQUINO, Júlio GROPPA e CORAZZA, Sandra Mara. Campinas, SP: Papirus, 2009.

MEC, SANTANA, Wânia. Marco Conceitual do Projeto A cor da Cultura. Brasília- DF, 2005. Disponível em <http://www.acordacultura.org.br/sites/default/files/Marco%20Conceitual.pdf>. Acessado em 30/05/2014.

MEC, SEE. Educação Inclusiva: Direito à Diversidade. Documento Orientador. Brasília- DF, 2005. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/orientador1.pdf>. Acessado em 19/07/2015.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem Conceitual das Noções de Raça, Racismo, Identidade e Etnia. Palestra proferida no 3o Seminário Nacional Relações Raciais e Educação. PENESB-RJ, 05 nov. 2003.

NASCIMENTO, Sueli do. Reflexões sobre a intersectorialidade entre as políticas públicas. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 101, p. 95-120, jan./mar. 2010



SILVA, Paula Janaína da. O papel da formação continuada de professores(as) para a educação das relações raciais. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Brasília, 2012.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. In: Sociologias, Porto Alegre, ano 8, no 16, jul/dez 2006, p. 20-45.

WELLER, W.; PAZ, C. D. Gênero, raça e sexualidade nas políticas educacionais: avanços e desafios. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO E II CONGRESSO IBERO-AMERICANO DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO, 25., 2011, São Paulo. Anais... São Paulo: Anpae, 2011.

<<http://oglobo.globo.com/esportes/dez-casos-de-racismo-que-envergonham-futebol-11824729>>Acessado em: 26/05/2014

<<http://www.acordacultura.org.br/kit>>Acessado em: 26/03/2014

<<http://www.eape.se.df.gov.br/images/pdfs/institucional.pdf>>Acessado em: 30/01/2014

<veja.abril.com.br/noticia/esporte/alvo-de-racismo-na-espanha-daniel-alves-come-banana-jogada-por-torcedor>Acessado em: 26/05/2014

<<http://racabrasil.uol.com.br/Edicoes/93/artigo12649-1.asp/>> Acessado em 20/09/2014.

<<http://www.unb.br/noticias/unbagencia/releases.php?id=197>> Acessado em 20/08/2013.

GDF, SEEDF- EAPE. Dossiês de Cursos (2003-2013)

GDF, SEEDF- EAPE. Dados estatísticos do Núcleo de Arquivo e Documentação - NUDOC/EAPE, 2003-2013.